

Formação do Professor(a): contribuições da disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino - relação entre universidade e escola básica, uma experiência na rede pública da microrregião de Feira de Santana Bahia.¹

Edméa Oliveira dos Santos*

Maria José Oliveira Dubock**

Solange Mary Moreira Santos***

RESUMO: Este trabalho, fruto da experiência profissional na disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1- e 2- graus, foi utilizado como instrumento de compreensão e reflexão sobre a prática concreta da escola e suas inter-relações, que serviu de referência para a execução de um trabalho de intervenção frente a um dos problemas detectados na área de estudo da disciplina. Além disso, este trabalho buscou fazer uma interação entre a universidade e a escola básica, uma vez que é papel da universidade a geração, renovação e socialização do saber estratégico, bem como a produção científica e a articulação das diversas áreas do conhecimento.

Palavras-chave: Professores -formação; Ensino fundamental; Ensino médio; Escolas públicas - Feira de Santana (BA); Universidades e faculdades.

ABSTRACT: This study is the result of a professional experience in the subject "Structure and Function of the Teaching of the 1 and 2nd levels " that was used as an instrument of understanding and reflection on a concrete practice of the school and its inter - relations, that served as a reference for the implementation of intervention against a detected problem in the area of the subject study. Besides, this study is to bring about the interaction between the university and the basic school, since the role of the university is to generate, to renew and socialize with the strategic and scientific knowledge, as well as the articulation of several areas of it. Key-words: Teachers, Training of; Public Schools - Feira de Santana (BA); university and colleges.

¹ Este trabalho foi apresentado no Encuentro por la unidad de los educadores latino americanos-realizado em fevereiro de 1999 em Habana, Cuba.

* Pedagoga, mestranda em Educação NEPEC-UFBA, docente da UEFS;

• * Pedagoga, mestranda em Educação UEFS, docente da UEFS; ***

Licenciada em Letras, Doutoranda em Educação PUC-SP, docente da UEFS.

BREVE HISTÓRICO-POLÍTICA EDUCACIONAL, FORMAÇÃO DE PROFESSORES, CONTEXTO DA DISCIPLINA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO.

O cenário da Política Educacional é marcado no Brasil pelo poder político e estratégico do Governo nas relações sociais vinculadas à Educação. Tal Política se caracteriza pela oscilação de acordo com as pressões exercidas (elite, mercado, classes progressistas) sobre o governo com constantes reformas, que desmobilizam a área educacional numa prática arcaica, burocrática e centralizadora.

Historicamente, a Política Educacional Brasileira é marcada pelo período da educação tradicional, do "descobrimento" aos anos 30 (jesuítas, ensino privado às elites); pelo período do populismo educacional, de 1930 à 1964 (público *versus* privado, Estado permeável a certas reivindicações); pelo período tecnicista, pós 1964 (educação para mercado fordista, tecnoburocrático e clientelista); pelo período democrata, anos 80, e pelo atu-al período neoliberal. Para que possamos refletir sobre o papel da disciplina Estrutura e funcionamento do Ensino, nos programas do

currículo dos cursos de formação do professor, é pertinente que nos detenhamos numa abordagem conjuntural da Sociedade e das políticas educacionais pós anos 60.

Os anos 60 foram caracterizados por inúmeras transformações estruturais (dentre as quais podemos destacar o golpe militar). Em relação ao processo legal da educação, destacamos a LDB de 20/12/61, que manteve a organização existente das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras na formação do professor secundário. Neste contexto, surge nos programas curriculares do ensino superior a disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino. Na época, esta disciplina compunha a parte diversificada nos programas curriculares, sendo classificada como Estrutura e Funcionamento do 1º grau (primário), Estrutura e Funcionamento do 2º grau (ginásio e colegial do ensino médio) e Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior.

No emaranhado de um contexto histórico complexo e ideologicamente dominante, a disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino enfatizava o ensino técnico, suas implicações legais e técnicas, além de focar os princípios e objetivos da estrutura e do funcionamento de cada grau do ensino numa dinâmica reprodutivista das políticas governamentais de um Estado ditador e autoritário.

Diante dos interesses de massificação ideológica, devido ao processo de desenvolvimento econômico, norteado pela teoria do Capital Humano, é promulgada em 1968 a LDB 5.540/68. Esta lei caracterizou-se sobretudo pela Reforma Universitária (inundação de cursos de ordem técnica, mudança curriculares estruturais).

Com a inundação industrial do desenvolvimento industrial por volta dos anos 70, as universidades não conseguiam formar quantidade de profissionais com baixo custo para absorver as necessidades do mercado. Daí, foi criada a lei 5.692/71, esta lei teve como principal objetivo (re)estruturar o ensino de 1º e 2º graus, para que, através da escola, fosse formada mão-de-obra especializada para atender às exigências do mercado daquele contexto. Daí mudanças eram emergentes no que se refere à formação do professor. Destaca-se a formação para o exercício do magistério primário em nível médio com estudos adicionais. Sendo a formação para o ensino secundário (Magistério) em nível de Graduação e a formação do especialista poderá acontecer tanto em nível de Graduação (plena ou curta) ou Pós-Graduação.

O nível médio foi caracterizado pela obrigatoriedade do ensino profissionalizante. Com o passar dos anos, a elite brasileira não cumpriu esta exigência (queria que seus filhos fossem doutores e não operários) tendo a necessidade de tornar o ensino profissionalizante opcional (parecer 7.044/82). Esta legislação deixou marcas históricas no que se refere à divisão social do trabalho (alguns fazem, outros pensam...). O tecnicismo reforça a dicotomia do fazer (professores) e do saber fazer (especialistas).

Não havendo muito espaço para discussões mais críticas sobre as relações de poder, a disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino ganha apenas uma mudança terminológica no que se refere aos novos graus do ensino: 1º grau composto pelos cursos primário e ginásio e o 2º grau (cursos colegial e cursos profissionalizantes).

Nos anos 80, o Brasil sofre mudanças conjunturais bastante significativas. É iniciado o processo de democratização do país, tendo

como marco histórico a Constituição Brasileira de 1988. Infelizmente o processo de democratização foi reduzido a uma democratização representativa, sendo a Nova Constituição um dos pontos de acordo entre militares e a aliança democrática. Contudo, emergem, neste contexto transitório, novos movimentos sociais, principalmente os dos profissionais da educação, repercutindo diretamente na campo do Sistema Educacional Brasileiro. Várias organizações docentes formam o Fórum de Educação na Constituinte, iniciando assim uma nova luta em defesa de uma educação pública e gratuita. No bojo de um processo de quase 20 anos, onde se era discutido no meio da comunidade acadêmica e comunidade civil uma Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, é promulgada em 1996 com diversas alterações pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, a LDB 9394/96.

Devido à grande distância entre mudanças societárias e a legislação educacional, estamos transitando no emaranhado de uma grande questão: qual o papel do licenciado no Brasil?

TENTANDO COMPREENDER O ATUAL MOMENTO HISTÓRICO!

Fim do milênio, estamos atravessando um dos momentos mais críticos e fecundos de toda história humana no globo. O Século XX chega ao fim marcado por uma significativa mudança técnico-científica. Tal mudança vem alterando os meios e os modos de produção, dando ao mundo do trabalho dimensões que as práticas modernas (teoria *versus* prática, intelectual *versus* manual) entram em crise com as novas necessidades. Daí as relações sociais, como um todo, vem se configurando também por outras bases. Os mecanismos de opressão e lutas não são mais destacados pela luta apenas de duas classes (capitalistas *versus* operários) exigindo reformadas instituições.

Neste contexto, a escola está sendo questionada principalmente no que se refere à construção e à socialização de conhecimentos válidos para a sobrevivência neste novo tempo. Nos últimos anos, esta instituição (universidades/escola básica) esteve a serviço das sociedades capitalistas preparando os sujeitos principalmente para um mercado de trabalho fordista, onde a força do trabalho era categoria fundamental. Com o advento técnico-científico, a categoria trabalho ganha uma nova dimensão (trabalho#emprego) pondo em cheque a função da escola, cabendo aos grupos/sujeitos legitimarem outros espaços de trabalho e de aprendizagem.

É visível no nosso cotidiano que os grupos/sujeitos inseridos no contexto das novas tecnologias, aparatos digitais/eletrônicos, constróem conhecimentos diversos tanto nas instituições que historicamente são responsabilizadas para tal (escola, família, igreja, empresa) como também nos espaços "alternativos": clubes, praias, ruas, associações, fundações, entre outros.

Não seria pertinente questionarmos qual o atual papel do professor, num contexto onde não há mais espaço para uma prática conteudista e transmissora?

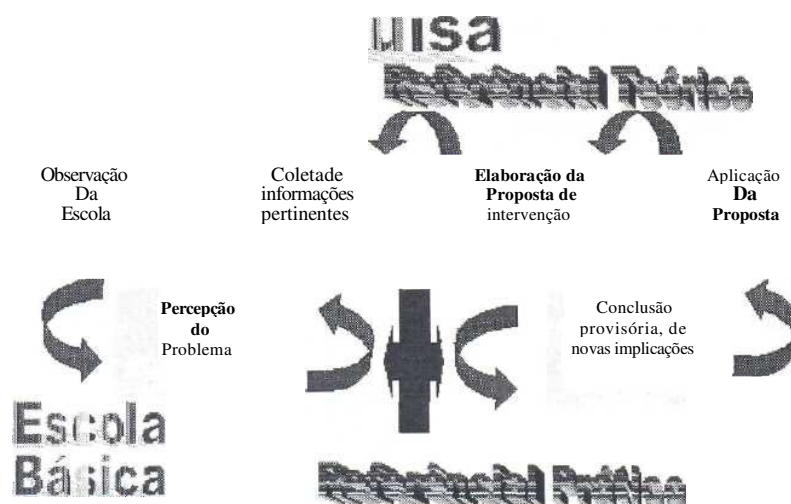
TENTATIVA DE MUDANÇA- SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA

Historicamente, o perfil da disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino foi marcado nos últimos anos por uma prática linear e repetitiva das legislações educacionais vigentes ao longo dos últimos vinte

anos. Tal problemática começou a inquietar alunos e professores da UEFS. Uma boa parte dos alunos dos cursos de Licenciatura estudou no curso profissionalizante de Magistério, no qual a disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino é disciplina obrigatória do programa curricular. Com as características já citadas anteriormente, o trabalho na disciplina (professores formados numa ideologia e prática tecnoburocrata) quase não possibilitava que os alunos refletissem criticamente sobre as políticas educacionais, levando para as aulas na universidade lembranças e experiências frustrantes sobre os conteúdos abordados nas aulas; *"professora/professor esta disciplina é muita chata!", "não queremos mais decorar leis", "esta disciplina não colabora com nossa formação acadêmica e profissional"*. Tais lamentações são verbalizadas sempre no início dos semestres, deixando muito clara a insatisfação dos estudantes e suas experiências traumáticas de uma formação anterior.



OPERACIONALIZAÇÃO - ENSINO/PESQUISA/EXTENSÃO



Inserida no bojo das discussões sobre a Nova LDB e uma nova cosmovisão societária, a sub-área de Política Educacional do Departamento de Educação da UEFS propõe para a comunidade

universitária uma nova proposta para o ensino da Disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1^o e 2^o graus.

Uma das características curriculares dos cursos de Licenciatura é a dicotomia teoria *versus* prática. Durante quase todo curso os professores e alunos ficam restritos às abordagens teóricas num ensino muitas vezes reduzido ao espaço das quatro paredes de uma sala de aula. Tal prática muitas vezes é caracterizada pela falta de recursos e políticas educacionais no âmbito da pesquisa e da extensão.

Neste sentido, nossa experiência tem como principal objetivo proporcionar aos estudantes universitários uma interação direta com a escola básica, através da pesquisa didática, onde os mesmos podem constatar e intervir nas mudanças sofridas no cotidiano de uma célula global, a unidade escolar. Além disso, é uma grande oportunidade para a universidade cumprir seu papel social.

O trabalho acadêmico é baseado nos princípios da práxis, onde a relação entre a atividade cognoscitiva (realidade presente, desejo de conhecer) e a atividade teleológica (realidade futura, inexistente) permeiam todo o processo da pesquisa, buscando transformar a realidade. Neste processo teoria e prática formam parte de um mesma implicação.

Tendo como objeto de estudo a política educacional, relações de poder nas instâncias micro e macro do Sistema Educacional, a teoria (produção científica e legislativa) é discutida e (re)significada com estudos em sala de aula. Neste trabalho, procuramos utilizar diversas metodologias (exposições participativas, seminários, mesas redondas, estudo de casos, relatos de experiências) para (re)significarmos através da reflexão os referenciais teóricos da contemporaneidade local e também global.

Toda discussão teórica, que essencialmente é também prática, pois estamos falando de atividade humana, ou seja, ações representadas por atos psíquicos e sociais onde os seres humanos envolvidos (professores, estudantes e funcionários da universidade e escola básica) transformam através do *trabalho* um objeto mediado inicialmente por um resultado ideal (planejamento) produzindo conseqüentemente um produto (conceitos, projetos, relatórios).

Na especificidade da nossa experiência, a atividade de caráter subje-tivo idealista (teoria) se constituísse como sustentáculo para a pesquisa de campo, atividade esta realizada na rede pública, estadual e municipal, da microrregião de Feira de Santana, Bahia, Brasil.

A pesquisa como um todo foi baseada nos pressupostos de que a pesquisa "significa diálogo crítico com a realidade, culminando na elaboração e na capacidade de intervenção". (Demo, 1995:128). Neste sentido, os estudantes foram a campo (unidade escolares de educação básica) pesquisar como as relações de poder influenciam na estrutura e no funcionamento destas instituições, bem como, os sujeitos/atores (re)significam as atuais políticas governamentais (gestão colegiada, PCNs, Diretrizes Curriculares, LDB).

Inicialmente, os estudantes fazem um diagnóstico utilizando instrumentos bem variados: observação direta, entrevistas e questionários. Simultaneamente os dados coletados foram analisados com o respaldo das atividades em sala de aula (universidade). Daí, o grupo delimita o perfil

da unidade escolar destacando problemas existentes. Logo após, os grupos de trabalho elaboram uma proposta de intervenção na escola básica, cujo principal objetivo foi a sensibilização dos sujeitos da escola básica na tentativa de solucionar o problemas detectados pelos sujeitos da pesquisa.

A proposta de intervenção foi materializada pelos estudantes universitários, em processos de intervenção metodológica (seminário, oficinas, palestras). Esta iniciativa foi considerada pela escola básica, como um dos momentos mais significativos de todo o trabalho. A maioria das pesquisas realizadas pela universidade nas escolas básicas é de caráter objetual, ou seja, dados são coletados e a escola é apenas usada como objeto. Nossa experiência além de diagnosticar, procura contribuir também com a transformação da realidade.

A cultura da escola é uma cultura de resistência. A resistência da escola às determinações que lhes chegam é explicável e previsível, pois é frequentemente autoritária. Propostas legais de reformas de ensino permanecem relegadas ao plano das proposições teóricas sem contudo atingir à escola e renovar a ação educativa. Na perspectiva de discutir esta situação, foram realizados, nos horários de coordenação pedagógica, palestras, seminários, conferências e debates, previamente divulgadas através de folders, com os professores e alunos das unidades escolares versando sobre tema da política educacional tais como: formação do professor, municipalização do ensino; gestão escolar, as políticas públicas no contexto da globalização, financiamento da educação e do ensino; ciclo básico.

Os resultados de todo o trabalho na disciplina Estrutura e Funcionamento foram registrado pelos estudantes, em forma de relatório onde cada grupo de trabalho sistematizou todo o processo. Para nós professores, é extremamente gratificante, pois é real como a impressão sobre a disciplina foi (re)significada. *"O professor não é só aquele que ensina conteúdos, "o professor é um sujeito político", "a gestão participativa depende de nós", "só nós podemos melhorar a realidade dos nossos alunos", é interessante conhecer como funciona a escola, antes de atuar profissionalmente".*

AVALIANDO A PROPOSTA

Nessas discussões, ficou evidenciado a profunda insatisfação que professores e alunos têm com o modelo de educação que vem sendo desenvolvido pelas políticas públicas. Entendem estes que a escola vem sofrendo enormes pressões e a sociedade tem demonstrado o seu desagrado em relação ao trabalho realizado pelas instituições educacionais.

Reconhecem, ainda, que é na escola que ocorrem as relações não só dos atores mais ligados à ação educativa (professores e alunos), mas

também as relações especificamente ligadas ao ensino e à administração, ao técnico e ao político, à sala de aula e ao sistema educacional.

Através da realização deste trabalho, os alunos dos cursos de licenciatura puderam não só constatar a real situação da organização e funcionamento das escolas estabelecendo relações com os aspectos legais, como também verificar as necessidades existentes, e, o que é mais significativo, dar um retorno à instituição buscando informar aos interessados, de modo a suprir ou ao menos amenizar as carências constatadas no que diz respeito ao conhecimento da lei n° 9394/96 e das políticas públicas educacionais, em torno dela.

Vale ressaltar que, a partir do depoimento dos atores envolvidos na proposta, o resultado deste trabalho foi positivo, inclusive em algumas escolas, houve bastante interesse por parte de alunos, professores e direção, chegando a solicitar da universidade um retorno para realização de outros seminários de igual porte.

Na opinião dos alunos dos cursos de licenciatura da UEFS, este trabalho foi importante porque permitiu não só olhar a escola, mas fundamentalmente compreender que a partir da investigação é possível avaliar a amplitude dos entraves existentes na escola para melhor compreendê-los e buscar alternativas de soluções, o que comprovamos através dos depoimentos (entrevista com estudantes):

"Foi importante observarmos como se encontra o sistema de educação, pois através das observações e depoimentos dos professores, percebemos que podemos influenciar de forma positiva em alguns aspectos que abrangem a escola";

"A atividade proposta foi de fundamental importância para a disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino, pois considerou os aspectos teóricos estudados fazendo a conciliação com a prática desenvolvida";

"O desenvolvimento de trabalho prático nas escolas faz com que os estudantes dos cursos de licenciatura enriqueçam o conhecimento que têm em tal disciplina, pois pode se informar a respeito do cotidiano da escola";

"Considero este um aspecto positivo, pois nos mostra que a Universidade pode e deve desenvolver trabalhos que possam contribuir para informar a comunidade, levando a esta esclarecimentos e informações".

TENTANDO CONCLUIR

Numa avaliação conjunta da experiência até então desenvolvida, concluímos que os alunos da disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino demonstraram mais interesse em aprofundar os conceitos vivenciados, evidenciando, assim, mudanças de postura o que, consequentemente, vem ampliando a

Ação/Reflexão/Ação
"5

consciência de que sua prática pedagógica, enquanto ato político, implica na observação, na análise de suas ações no cotidiano da escola.

Uma das dificuldades encontradas no desenvolvimento do trabalho decorre da resistência de alguns dirigentes escolares quanto à presença de alunos da Universidade no espaço da unidade de ensino, temerosos da análise que poderia ser veiculada.

Não conseguimos, ainda, articular o trabalho desenvolvido num semestre com o subsequente. A própria estruturação do ensino semestralizado é empecilho nesta articulação.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BICUDO, Maria Aparecida de Paiva, SILVA JÚNIOR, Celestino Alves. *Formação do educador*. São Paulo: Ed. Da Universidade Estadual, 1996. Vol.I,
- BRZEZINSKI, Iria (Org.). *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. São Paulo: Cortez, 1997.
- CASTRO, Cláudio Moura. O sonho do Ministro. *Veja*. São Paulo. Ed. Abril Cultural, 1997. DEMO, Pedro. *A nova LDB: ranços e avanços*. Campinas, SP.: Papyrus, 1997.
- _____. *Desafios modernos da Educação*, Petrópolis, Editora Vozes, 1993.
- _____. *Educar pela pesquisa*. Campinas, SP, Autores Associados, 1997
- _____. *Política Social, Educação e Cidadania*. Campinas, SP, Papyrus, 1997
- FAZENDA, Ivani (Org) *Práticas interdisciplinares na escola*. São Paulo, Cortez, 1996.
- GENTILI, Pablo A. A. et al. *Neo-liberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ROMÃO, José Eustáquio. *Poder Local e Educação*. São Paulo, Cortez, 1992.
- SAVIANI, Dermeval. *A nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- SILVA, Jair Militão da. *A Autonomia da escola pública: a re-humanização da escola*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

TOMASI, Livia et alli. *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996.